

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.906 - MG (2019/0296942-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**AGRAVANTE** : **RONAN DE OLIVEIRA BRAZ**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por RONAN DE OLIVEIRA BRAZ contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que inadmitiu seu recurso especial proposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional.

A controvérsia tratada nos autos foi devidamente relatada no parecer ministerial à e-STJ fl. 337:

RONAN DE OLIVEIRA BRAZ agrava da decisão que, na origem, não admitiu o recurso especial em que impugna acórdão do TJ/MG, que, em sede de embargos infringentes, rejeitou a aplicação do princípio da insignificância como fundamento para a absolvição do agravante, mantendo sua condenação às **penas de 9 meses de reclusão, em regime aberto, e 8 dias multa pela prática do crime de furto tentado (art. 155, caput, c/c art. 14, II, ambos do CP)**.

2. No recurso especial, **o recorrente aponta violação aos arts. 1º e 155 do Código Penal e 386, III, do CPP, ao argumento de que restou condenado por conduta materialmente atípica, tendo em vista o princípio da insignificância, que seria aplicável ao caso em análise em razão do reduzido valor objeto da tentativa de subtração (R\$ 84,45), notadamente por ser a vítima estabelecimento comercial, não podendo a reincidência e a habitualidade delitivas afastar a incidência do princípio.** A insurgência deixou de ser admitida com base nas Súmulas 7 e 83 dessa Corte Superior.

3. Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade do presente agravo, passa-se ao exame do recurso especial. (Grifei)

Ao final do parecer, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

# Superior Tribunal de Justiça

O Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento de que, para a aplicação do princípio da insignificância, devem estar presentes, cumulativamente, as seguintes condições objetivas: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente; e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada. Preenchidos todos esses requisitos, a aplicação do princípio possui o condão de afastar a própria tipicidade penal, especificamente na sua vertente material.

No caso, o Tribunal local superou o pleito de reconhecimento da atipicidade material da conduta e manteve a condenação do agravante pelo delito de furto simples, configurado pela tentativa de subtrair R\$ 84,00 (oitenta e quatro reais), com apoio nestas razões (e-STJ fl. 270):

In casu, o réu tentou subtrair a quantia de R\$84,45 (oitenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), **quantum que não pode ser considerado insignificante diante do contexto econômico do país.**

**Além disso, a CAC de fls. 40/42 demonstra que o acusado é reincidente e portador de maus antecedentes, sendo certo que a maior parte das condenações anteriores é relativa a crimes contra o patrimônio.**

Ora, infrações penais consideradas ínfimas, quando analisadas de forma isolada, tornam-se relevantes quando em conjunto, o que faz com que o criminoso contumaz, mesmo que pratique crimes de pequena monta, não possa ser tratado como se tivesse praticado condutas irrelevantes, sob pena de se valer de tais comportamentos como verdadeiro meio de vida.

Destacando a reincidência específica como impeditiva da aplicação do princípio da insignificância, já decidiu o Supremo Tribunal Federal:

[...]

Assim, diante do valor da res e da reprovabilidade da conduta do réu, não é possível reconhecer a configuração do crime de bagatela. (Grifei.)

Verifica-se, portanto, que, na hipótese, não há como se aplicar o referido princípio, uma vez que o recorrente é reincidente em crime contra o patrimônio e tem maus antecedentes, além de o valor da coisa subtraída não ter sido considerado de pequena monta pela Corte de origem, uma vez que o salário mínimo vigente à época era de R\$ 880,00,

# *Superior Tribunal de Justiça*

circunstâncias que frustram o preenchimento dos retromencionados requisitos, notadamente o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente e, conseqüentemente, a mínima ofensividade de sua conduta.

A propósito:

**HABEAS CORPUS. PENAL. TENTATIVA DE FURTO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INVIABILIDADE. ESPECIAL REPROVABILIDADE DA CONDUTA DO AGENTE. HABITUALIDADE DELITIVA. PRECEDENTES. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.**

1. A aplicabilidade do princípio da insignificância no delito de furto é cabível quando se evidencia que o bem jurídico tutelado (no caso, o patrimônio) sofreu mínima lesão e a conduta do agente expressa pequena reprovabilidade e irrelevante periculosidade social.

2. Na hipótese, as instâncias ordinárias ressaltaram que a Paciente é reincidente específica, revelando-se incompatível a sua conduta com a aplicação do princípio da insignificância.

3. No mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é "incabível a aplicação do princípio da insignificância quando o montante do valor da res furtiva superar o percentual de 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos" (AgRg no REsp 1.729.387/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 09/05/2018). No caso, a Paciente tentou subtrair R\$ 90,00 (noventa reais), valor que supera 10% do salário mínimo, à época vigente (R\$ 724,00)

4. Ordem de habeas corpus denegada. (HC 465.702/MS, relatora Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018, grifei.)

**PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. VALOR DA RES FURTIVA. MAUS ANTECEDENTES POR DELITOS PATRIMONIAIS. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.**

1. Sedimentou-se nesta Corte a orientação de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. Embora não especialmente relevante o valor de R\$ 77,00 (correspondente a pouco mais de 10% do salário mínimo da época dos fatos), referente ao imputado crime de tentativa de

# *Superior Tribunal de Justiça*

**furto de um pacote de super Whey reforce, sabor chocolate, de supermercado, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem afastado a aplicação do princípio da insignificância aos casos em que o agente é contumaz na prática delitiva, por evidenciar maior grau de reprovabilidade do comportamento, salvo quando ínfimo o valor do bem subtraído.**

3. Pendendo sobre o agravante duas condenações transitadas em julgado pela prática de dois delitos patrimoniais (roubo majorado pelo concurso de pessoas - fls. 34/37) e não sendo absurdamente irrelevante o valor do bem furtado, resta obstada a aplicação do princípio da insignificância, 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.509.985/RJ, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 02/05/2018, grifei.)

Assim, não há que se falar em atipicidade material da conduta delitiva.

Ante o exposto, **conheço do agravo e nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator